



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 14, Issue, 09, pp. 66627-66632, September, 2024

<https://doi.org/10.37118/ijdr.28715.09.2024>



REVIEW ARTICLE

OPEN ACCESS

CAVALARIAETROPADECHOQUE: OEMPREGOEMCONJUNTONO CONTROLEDE DISTURBIO CIVIL

Marcos Antônio Negreiros Dias*¹, Ricardo Gruner de Oliveira¹ and Luiz Fernando Farias Júnior²

¹Mestrando em Ciências Florestais e Ambientais – Universidade Federal do Tocantins (UFT)

²Ciências Militares com Ênfase em Segurança Pública – Academia de Polícia Militar da Brigada Militar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – Universidade Católica do Rio Grande do Sul

ARTICLE INFO

Article History:

Received 18th June, 2024
Received in revised form
18th July, 2024
Accepted 19th August, 2024
Published online 30th September, 2024

Key Words:

Cavalry; Choque Troop; Control of Civil Disturbances; Military Police.

*Corresponding Author:

Marcos Antônio Negreiros Dias

ABSTRACT

To This work aimed to present a study on the Cavalry and the Riot Troops, as well as their combined use in Civil Disturbance Control actions. Thus, through quantitative research, the objective of the present study was to understand how cavalry troops operate in civil disturbance control actions in different states of Brazil, as it is a complex topic involving the doctrine of riot troops on foot and cavalry troops. This is a matter of great national importance for analyzing the standardization of techniques and doctrines used. By observing that in the Military Brigade of the State of Rio Grande do Sul, this joint work already occurs frequently and is already part of the curriculum of riot operations courses and mounted police courses, it was deemed necessary through this research to establish a parameter of advantages and disadvantages of this joint operation. The study addressed cavalry employment techniques in civil disturbance control actions, joint training periods with foot troops, and materials used, where we concluded that, as this is such a specific activity, we need to encourage joint training, continue debating better techniques, conduct exchanges between military police forces, reinforcing and establishing a national doctrine regarding the use of cavalry in civil disturbance control actions.

Copyright©2024, Marcos Antônio Negreiros Dias et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Marcos Antônio Negreiros Dias, Ricardo Gruner de Oliveira and Luiz Fernando Farias Júnior. 2024. "Cavalariaetropadechoque: Oempregoemconjuntono controlede Disturbio Civil". International Journal of Development Research, 14, (09), 66627-66632.

INTRODUCTION

A Polícia Militar tem por missão constitucional o Policiamento Ostensivo e a preservação da ordem pública, por meio de ações preventivas e repressivas, conforme prescreve o Art. 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). As ações repressivas visam restabelecer a ordem quebrada, e, para tal, conta com algumas técnicas que visam a dispersão dos indivíduos, que quebraram a ordem pública. Essa quebra se dá através de tumultos, turbas e distúrbios civis. No Estado do Rio Grande do Sul existe uma técnica utilizada com frequência nesses tipos de ações, que envolve a tropa de choque a pé juntamente com a tropa de cavalaria (RIO GRANDE DO SUL, 2022). Nesse sentido, a presente pesquisa baseou-se nas ações de controle de distúrbios civis com apoio da Cavalaria no Rio Grande do Sul, buscando apresentar como atua a tropa de cavalaria em ações de controle de distúrbios civis, realizando um comparativo com as demais polícias militares da federação, avaliando as melhores alternativas táticas em uma situação de emprego, suas vantagens e desvantagens. A pesquisa foi desenvolvida a luz da metodologia científica, realizada por meio de técnicas e instrumentos como a pesquisa bibliográfica, documental, doutrinária e aplicação de questionários juntos a outras corporações militares brasileiras. Utilizou-se também, o método de coleta de dados com enfoque na pesquisa quantitativa através de entrevistas e observação das técnicas

já utilizadas. Toda atividade policial deve ser baseada na técnica e aperfeiçoada por meio de estudos. Assim, tendo como premissa a atuação realizada pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul, buscou-se verificar a atuação das Polícias Militares de outros Estados em relação a tropa de choque a pé e a cavalaria em ações de controle de distúrbios civis. O presente artigo compreender como atua a tropa de cavalaria do RS em ações de controle de distúrbios civis, realizando um comparativo com as demais polícias militares da federação, buscando avaliar as melhores alternativas táticas no Controle de Distúrbio Civil, suas vantagens e desvantagens.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa teve como base metodológica na pesquisa quali-quantitativa. Nesse aspecto, utilizou-se da pesquisa qualitativa, por meio do método indutivo. Assim, para Mazucato (2018) o trabalho do pesquisador partiu da constatação específica para um assunto geral, com a finalidade de alcançar resultado conclusivos. Desta forma, a pesquisa utilizou-se do método indutivo, enfim, qualitativo com base quantitativa, por meio de técnica exploratórias nos principais referenciais teóricos que doutrina da tropa de choque em atuação conjunta com a cavalaria, de forma a elucidar os principais aspectos bibliográficos acerca do assunto, bem como da experiência pragmática dos autores. Ademais, esta pesquisa foi elaborada através de pesquisa,

de procedimentos bibliográficos e documentais, nos quais segundo Fontana (2018), ficaram vinculados à leitura de livros, manuais e trabalhos científicos em geral, além do processar manuseio de documentos, ao se verificar normativas sobre o assunto. Outrossim, a aplicação de questionário resultou na coleta de dados e ocorreu por meio de perguntas fechadas sobre a aplicabilidade das técnicas de emprego da tropa de cavalaria juntamente com a tropa nas ações de controle de distúrbio civis pelas polícias militares. Sendo que a pesquisa foi realizada através do método de amostragem com militares de nove unidades da federação. O método utilizado buscou de forma eficiente o objetivo uma vez que, a análise e comparação de dados obtidos alcançou o proposto, apesar de cada unidade policial ter a sua própria doutrina e viverem suas experiências locais todas possuem e seguem um padrão mínimo que foram externados de forma imparcial, os pontos positivos e negativos quanto ao emprego da técnica apresentada.

Aspectos Doutrinários De Cavalaria: A atuação da polícia militar em ações de controle de distúrbios civis é baseada no que prescreve nossa Constituição Federal em seu Art 144, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio [...]” (BRASIL, 1988). Desta forma, a expressão ordem pública é referenciada como um conceito etéreo e de trabalhosa definição, Bernard o faz com simplicidade, ao estabelecer que a ordem pública é a ausência de desordem. Em verdade muitos respeitadas juristas, ao tentarem esmiuçar o conceito, perderam-se, e confundiram-no com outros. Bernard acrescenta ainda que a ordem pública compõe-se de três aspectos tão somente, a saber, segurança pública, tranquilidade pública e salubridade pública (BERNARD *apud* LAZZARINI, 1987). Corroborando, outro renomado constitucionalista afirma que “Ordem Pública será uma situação de pacífica convivência social, isenta de ameaça de violência ou de sublevação que tenha produzido ou que supostamente possa produzir, a curto prazo, a prática de crimes” (SILVA, 2005, p. 777). Portanto ordem pública é estar a sociedade em geral em uma situação de segurança, tranquilidade, onde uma pequena previsão de quebra da tranquilidade ou da segurança, já gera uma preocupação e um dever de agir dos Órgãos de Segurança Pública. É através da quebra ou iminência da quebra da ordem pública que obriga as polícias militares a atuar, para garantir ou restabelecer a segurança pública, tranquilidade pública e salubridade pública. Essa atuação da PM se faz com ações preventivas ou repressivas. O Manual de Controle de Multidões da Polícia Militar do Estado de São Paulo (M-8-PM) conceitua o “Uso da Força” como “o conjunto de técnicas e procedimentos que representem a atuação dos agentes fiscalizadores da lei, na garantia dos direitos humanos e da ordem pública. Esse uso da força pode envolver ações preventivas ou repressivas”. Para melhor compreensão do tema em estudo é importante elencarmos alguns conceitos envolvendo as ações de controle de distúrbios civis em estudo. O referido manual da PMESP (M-8-PM) conceitua distúrbios civis como “[...] inquietações ou tensões que tomam a forma de manifestações violentas; situações que surgem dentro do país decorrentes de atos de violência ou desordens prejudiciais à manutenção da lei e da ordem; [...]” (SÃO PAULO, 1997). Os Órgão de Segurança devem estar sempre atentos a eventos que possam vir a se tornar um distúrbio civil, por vezes uma simples manifestação social com temática legítima pode gerar uma perturbação da ordem e deve ser motivo de acompanhamento e por vezes atuações preventivas das polícias militares em virtude de sua competência constitucional de manutenção da ordem pública, por exemplo as ações de acompanhamento e monitoramento em manifestações sociais.

Perturbação da ordem pública: em sentido amplo, são os tipos de ações que comprometem, prejudicam ou perturbam a organização social, pondo em risco as atividades e os bens privados e públicos. A Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul atua em casos de perturbação da ordem pública com efetivo especializado em ações de choque. Existe atualmente 6º Batalhões de Choque na Brigada Militar, com responsabilidades territoriais que abrangem todo o Estado. O 1º Batalhão de Polícia de Choque tem sede em Porto Alegre, onde normalmente ocorrem a maioria das manifestações

sociais e dos eventos em que há possibilidade de quebra da ordem pública. A Cavalaria da Brigada Militar possui 7º Regimentos, dentre eles o único que não possui responsabilidade territorial é o 4º Regimento de Polícia Montada com sede em Porto Alegre, é o único que atua exclusivamente no processo montado, as viaturas que por ventura são utilizadas são para deslocamento de tropa ou de equinos, ou para apresentação de ocorrências. O efetivo do 4º RPMon atua na capital do Estado, executando o policiamento em parques e praças, grandes centros comerciais, onde pela sua grande ostensividade atua preventivamente evitando a ação dos criminosos. Em ações de controle de distúrbios civis o efetivo da cavalaria da Brigada Militar atua nas manifestações sociais e jogos de futebol. O policiamento montado em distúrbios civis é o tipo de policiamento utilizado em locais de conflito ou de desordem, com o objetivo de remover, reprimir ou dispersar os manifestantes. A finalidade da atuação da tropa Montada em ações de CDC, é a de restauração da ordem e da lei, sendo na prevenção pela sua simples presença ou na dispersão, atuando em apoio a tropa a pé, realizando uma sincronia de procedimentos nestas atuações, o que exige que a tropa seja disciplinada, bem equipada e bem treinada (RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Emprego da cavalaria em relação a tropa a pé/ prioridade de emprego dos meios/vantagens e desvantagens

Prioridade no Emprego de Meios: Como o objetivo principal de uma operação de CDC é a dispersão da turba, o Cmt da operação deve utilizar de tática adequada ao local, número de participantes e grau de agressividade da turba. As informações processadas pelos órgãos competentes são vitais para a tomada de decisões. A tática a ser adotada dependerá de fatores do momento, contudo, visando ao objetivo final, o emprego da Tropa de Choque pode ser relacionado em uma ordem de prioridade, por intermédio do uso escalonado da força e meios, ficando a cavalaria em uma escala de 1 a 10 como a força a ser empregada em sétimo lugar. (Manual de Policiamento Montado da Brigada Militar). A polícia militar de São Paulo, conforme prescreve em seu manual coloca a carga de cavalaria como a sexta opção tática. Essa ordem de prioridade pode ser assim apresentada:

- **Vias de fuga:** o conhecimento prévio do local do distúrbio é de suma importância para permitir o deslocamento e a aproximação da tropa por vias de acesso adequadas de modo a assegurar vias de fuga aos manifestantes. Quanto mais caminhos de dispersão forem dados à multidão mais rapidamente ela se dispersará. A multidão não deve ser direcionada contra obstáculos físicos ou outra tropa, pois ocorrerá um confinamento de consequências violentas e indesejáveis. Se não se tem conhecimento prévio do local, uma boa maneira de fazer tal levantamento é por meio da tropa territorial que lá atua, em que pode passar detalhes preciosos que ajudarão na formulação da tática a ser adotada.
- **Demonstração de força:** recomenda-se o desembarque fora das vistas dos manifestantes, mas próximo o suficiente, permitindo à tropa a agir rapidamente e sem comprometimento da segurança das viaturas. A demonstração de força é feita por intermédio da disposição da tropa, em formação disciplinada e com bom contato visual. A finalidade da demonstração de força é provocar um efeito psicológico, a fim de desencorajar os manifestantes de seu intento, pois as formações adotadas passam ideia de organização, disciplina, preparo profissional e confiança na capacidade de ação.
- **Ordem de dispersão:** sempre que possível, o Cmt da tropa de CDC deve, por intermédio de amplificadores de som, altofalantes das viaturas ou utilizando megafones, estimular os manifestantes a abandonarem pacificamente o local. Essa proclamação deve ser feita de modo claro, em termos positivos e incisivos. Os manifestantes não devem ser repreendidos, desafiados ou ameaçados, mas devem sentir firmeza da decisão de agir da tropa, caso não seja atendida a ordem de dispersão.
- **Recolhimento de Provas:** trata-se de importante providência a

ser tomada durante a operação. Consiste em fotografar ou filmar todos os fatos ocorridos para posterior utilização. A ameaça que tal atitude traz à identidade dos líderes e agitadores, bem como a perda do anonimato, causa forte impacto psicológico pela temeridade de posterior identificação e, dela se apercebendo, os manifestantes deixarão o local. O recolhimento de provas deve ser realizado por equipes fora do quadro tático e, de preferência, efetuado por indivíduos em trajes civis, de forma discreta.

- **Emprego de Agentes Químicos, munições explosivas e munições de impacto controlado:** o emprego de agentes químicos tem se revelado extremamente eficaz na dispersão de uma turba. Alguns cuidados, no entanto, devem ser tomados, como, por exemplo a verificação da direção do vento (favorável à tropa) ou o uso de máscaras de proteção contra gases. Conforme o grau de intensidade e da concentração de agentes químicos varia seu efeito. Baixas concentrações farão com que a multidão se ponha em fuga enquanto altas concentrações causam temporariamente cegueira e outros transtornos, como o pânico, deixando indefesos os membros da multidão. A concentração do agente químico ideal irá variar de acordo com a conformação física do terreno, a área útil e as condições climáticas. O gás tende a se dispersar mais na parte matutina e a permanecer em ação maior na vespertina. Os distúrbios podem ser controlados a uma distância segura, por meio de projéteis disparados por armas especiais. Em distúrbios menores ou quando a distância seja suficiente, a utilização combinada de granadas fumígenas com petrechos de gás provocam grande efeito psicológico e tem se mostrado altamente eficaz.
- **Emprego de água:** jatos d'água lançados por meio de CCDC CENTURION ou por outro veículo dotado de canhão d'água podem ser empregados para movimentar e até dispersar a multidão. Tinta inerte e não reativa fisiologicamente poderá ser misturada à água, marcando manifestantes para posterior identificação e aumentando o efeito psicológico.
- **Carga de cavalaria:** O avanço sobre a multidão deve ser realizado por meio das formações. A carga deve ser rápida e segura. A velocidade com que a multidão se dispersa é importante, pois dá menos tempo para agitadores se reorganizarem.
- **Detenção de líderes:** após a dispersão da turba é fundamental a detenção de líderes. Contudo, sabemos que estes são os primeiros a fugir ao avanço da tropa. Daí a necessidade do apoio de tropa territorial ocupando imediatamente terreno após dispersão, com equipes encarregadas dessas detenções.
- **Atiradores de Escol:** dotados de armas de precisão executam a segurança da tropa de CDC durante uma operação, desde que possuam um bom campo de tiro, sem atirar contra a massa, neutralizando franco-atiradores. Daí a importância de órgãos de informação para a segurança da tropa.
- **Emprego de Arma de Fogo:** medida extremada a ser tomada pelo Cmt da tropa e só utilizada em último recurso, quando de frontar com ataques armados.

Cabe lembrar que a sequência apresentada anteriormente pode ser alterada, pois vários fatores influenciam no perfil de cada situação. Cabe ao Comandante da fração empregada, no local, avaliar se tal ordem apresentada é adequada ao momento vivenciado.

Emprego da Cavalaria em relação a tropa a pé: A tropa Hipo sempre que atuar em CDC, deverá atuar como apoio operacional, com comando próprio, porém subordinado ao Comandante da Operação, que definirá quando e quais os locais a serem liberados e qual o direcionamento que deve ser dado aos manifestantes, cabendo ao Cmt da Tropa Montada determinar qual a formação e andadura mais adequada para o cumprimento da missão. Em alguns Estados a atuação da Cavalaria em ações de controle de distúrbios civis, tem a previsão de uma Célula de Apoio, formada por uma equipe motorizada, portanto equipamentos de emprego não letal; sendo composta de 01 (um) Escudeiro, 01 (um) Atirador, 01 (um) Lançador e 01 (um) Motorista. A tropa hipo quando atuando em conjunto com a

tropa a pé, deverá posicionar-se atrás dos escudos, a uma distância de aproximadamente 10 (dez) metros do último homem da retaguarda, para que tenha um espaço para a movimentação do efetivo, dos comandantes que estão em contato com a tropa a pé e a montada; para que os objetos arremessados na tropa a pé, não atinja a tropa montada, já que esta não utiliza escudos; para que os estouros produzidos pela tropa a pé, não acabe assustando algum equino mais jovem. A tropa montada se posiciona a retaguarda da tropa a pé, seguindo a prioridade de emprego de meios, somente após a utilização de tecnologias de menor potencial ofensivo, que fará com que as pessoas recuem o suficiente para a cavalaria avançar e iniciar a Carga de Dispersão com segurança. A seguir, veremos maneiras de realizar a passagem de uma tropa pela outra, que são denominadas infiltrações e é o movimento que ocorre quando a tropa a cavalo se desloca para posicionamento a frente da tropa a pé. Esta progressão poderá ocorrer pelos dois flancos ou pelo centro desse pelotão.

Infiltração pelos dois flancos ao mesmo tempo: O pelotão a pé abrirá seus flancos no mínimo 2m, evitando assim algum acidente com pelotão montado enquanto sua passagem ocorrer. O Cmt do Pelotão Montado que se encontra bem ao centro do pelotão formado em linha, comandará "PARA A INFILTRAÇÃO PELOS FLANCOS... MARRRRRRRCHE"!!!! Logo após o Cmt parte ao trote pela direita em direção ao flanco direito da tropa a pé, e seus comandados que se encontravam a sua direita, o seguem em coluna por um. Já os Policiais que se encontravam a sua esquerda, saem em coluna por um em direção ao flanco esquerdo da tropa a pé. Os dois grupamentos se encontram novamente a frente da tropa a pé, e formam uma linha novamente com o Cmt bem ao centro da formação.

Infiltração por um único flanco: O pelotão a pé abrirá em 2 m seu flanco direito ou esquerdo, aquele que não estiver comprometido, evitando assim algum acidente com pelotão montado enquanto sua passagem ocorrer. O Cmt do Pelotão Montado que se encontra bem ao centro do pelotão formado em linha comandará "PARA A INFILTRAÇÃO PELO FLANCO DIREITO ou ESQUERDO... MARRRRRRRCHE"!!!!

Logo após o Cmt parte ao trote pela direita ou esquerda, em direção ao flanco direito ou esquerdo da tropa a pé, e seus comandados que se encontram "mais ao lado do flanco a passar, o seguem em coluna por um". Já os Policiais que se encontram "na lateral oposta", seguem também em coluna por um em direção ao flanco oposto. Os dois grupamentos se encontram novamente a frente da tropa a pé, e formam uma linha novamente com o Cmt bem ao centro da formação. **Infiltração pelo centro:** A infiltração central, ocorre quando os flancos estiverem comprometidos (pisos lisos, fogo, barreiras, "container", veículos, etc), quando é um impeditivo para que o Pelotão Montado possa progredir. Porém essa progressão pelo centro do pelotão "deverá" ser evitada a medida que o pelotão a pé, "poderá" ficar por "alguns" instantes vulnerável. Para a infiltração central, o pelotão a pé abrirá seu centro no mínimo 4 m, evitando assim algum acidente com pelotão montado enquanto sua passagem ocorrer. O Cmt do Pelotão Montado que se encontra bem ao centro do pelotão já formado linha, comandará "PARA A INFILTRAÇÃO PELO CENTRO... MARRRRRRRCHE"!!!! Logo após o Cmt parte em frente ao trote, em direção ao centro da tropa a pé, e seus comandados que se encontram a sua direita o seguem, e ao mesmo tempo os Policiais que se encontram a sua esquerda, também o seguem, formando assim em coluna por dois, e após a passagem pela tropa a pé, o Cmt faz alto bem ao centro, a uma distância de 10m da tropa a pé, e os Policiais Montados da coluna da direita vão formando em linha a sua direita e os da coluna da esquerda, vão formando a sua esquerda, assim formando novamente uma linha. A Carga de dispersão deve percorrer, exceto casos de necessidade de ocupação urgente, um espaço entre 80 a 100 metros, ou a distância de uma quadra, na chegada da esquina a tropa faz alto, a esquadra da direita faz frente para a direita e a esquadra da esquerda faz frente a esquerda, a esquadra do centro mantém a posição para que os manifestantes dispersados não voltem, enquanto as esquadras realizam uma carga lateral e retornam a formação inicial, dando início a uma nova carga em frente. Tal procedimento visa evitar que a tropa ao passar por uma esquina seja

surreprendido com ataques laterais. À medida que a cavalaria avança, CONQUISTANDO terreno, a tropa a pé acompanha, com a finalidade de OCUPAR esses espaços conquistados. A partir da chegada novamente da tropa a pé junto à cavalaria, o Cmt da Operação poderá ter duas decisões: A tropa a pé permanece a retaguarda da linha de cavalaria, a uma distância de 10 (dez) metros mínimo, para que novamente a cavalaria avance; ou A tropa a pé toma a frente da Cavalaria, através de infiltrações laterais ou centrais. A tropa Montada NUNCA recua após a Carga de Cavalaria, pois no momento que vira as costas aos manifestantes, os cavaleiros poderão ser atingidos por rojões, coquetel “molotov”, pedras, paus, enfim, todo e qualquer tipo de objeto cortante, contundente ou explosivo. Toda e qualquer tropa a pé quando recua ou avança, sempre coloca “alguns militares caminhando de costas, guarnecendo o efetivo” (técnicas), o que se torna impossível este procedimento para uma tropa de cavalaria. Além disso, em um eventual recuo da tropa montada, faz com que a turba crie coragem, perdendo o medo dos cavalos, e passa a correr na retaguarda dos cavalos, arremessando tudo que possuem, e ainda, deixando a impressão a todos que veem e filmam a cena, de que a cavalaria está fugindo dos manifestantes. O Comandante da operação, tem que saber o que quer com a carga da cavalaria, qual o objetivo, se não for para a cavalaria conquistar o terreno para a tropa a pé ocupar, a cavalaria não deverá ser utilizada, portanto a cavalaria é solicitada a dar a carga, e após 80 a 100m, para e aguarda a aproximação da tropa a pé, para tomar a frente da cavalaria novamente, ou, solicitar uma nova carga de 80 a 100m com o objetivo de conquistar mais terreno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No intuito de verificar a visão de Policiais Militares de diferentes estados sobre a técnica utilizada pela cavalaria montada em atuações em conjunto com a tropa a pé nas ações de controle de distúrbios civis foi aplicada entrevistas por meio de um questionário com perguntas fechadas sobre a aplicabilidade das técnicas de emprego da tropa de cavalaria juntamente com a tropa nas ações de controle de distúrbio civis pelas forças especializadas dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Piauí, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Bahia e Amazonas. Sendo que a primeira pergunta foi com intuito de identificar o local onde os militares atuam, sendo de fundamental importância destacar que todas as unidades trabalham com os recursos propostos. Resultou que das 20 pessoas que responderam à pesquisa 35% pertencem ao estado de São Paulo, 20% a Mato Grosso, 10% ao Rio Grande do Sul, 5% ao Piauí, 5% ao Paraná, 5% a Minas Gerais, 5% ao Ceará, 5% a Bahia e 5% ao Amazonas.

Conforme gráfico apresentado:

Qual a sua unidade federativa?

20 respostas

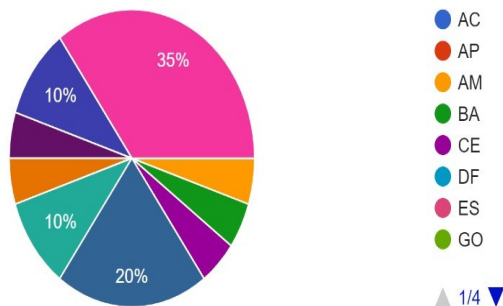


Gráfico 1. Unidade Federativa

Na próxima pergunta os policiais não foram identificados por nome, apenas pelo posto ou graduação, a fim de analisar o público entrevistado, sendo essa a pergunta do questionário, indagando sobre o posto ou graduação. Pode-se notar que 5% soldado, 35% tenente, 50% capitão 5%, major e 5% tenente coronel, conforme gráfico a seguir.

1 - Com relação a prioridade de empregos dos meios em uma atuação da tropa de choque, a carga de cavalaria é citada como uma opção tática?

20 respostas

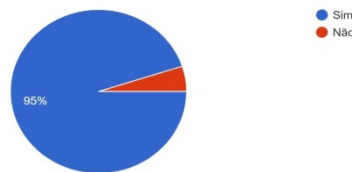


Gráfico 2. Posto/Graduação

A terceira perguntou sobre a prioridade de empregos dos meios em uma atuação da tropa de choque, a carga de cavalaria é citada como uma opção tática, onde 95% afirmou ser uma opção tática e somente 5% entendeu não ser, como mostra o gráfico a seguir:

Qual seu posto/graduação

20 respostas

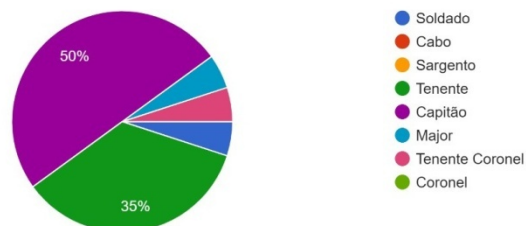


Gráfico 3. Função Tática

A pesquisa procurou saber se nos estados dos entrevistados existe algum tipo de treinamento conjunto entre a tropa de choque a pé e a tropa de cavalaria.

2 - Em seu Estado existe algum tipo de treinamento conjunto entre a tropa de choque a pé e a tropa de cavalaria?

20 respostas

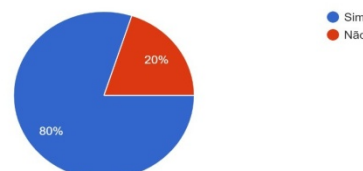


Gráfico 4. Treinamento em conjunto.

O que pode concluir desta pergunta fazendo um paralelo com a anterior é de que existe uma porcentagem de 15% que possui doutrina e conhecimento de ser a carga de cavalaria uma opção tática, porém não há treinamento e interação com a tropa a pé. A pergunta seguinte foi se existe algum manual, caderno técnico sobre o assunto.

3- Existe algum manual, caderno técnico sobre o assunto?

20 respostas

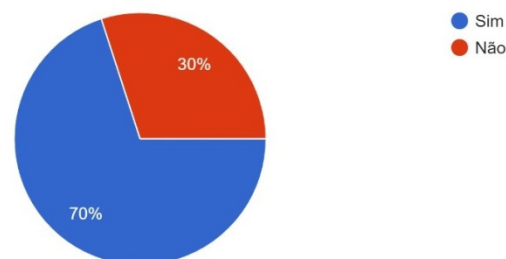


Gráfico 5. Manual/ Caderno Técnico

No que se refere a doutrina sobre o tema, ainda podemos perceber a falta de material, pois todos os policiais que responderam o questionário já atuaram em algum distúrbio civil, sendo que 30% destes não tem material escrito, e, ainda 20% não possuem

treinamento em conjunto com a tropa a pé. A próxima pergunta foi se já atuaram juntos em algum distúrbio civil

4- Já atuaram juntos em algum distúrbio civil?

20 respostas

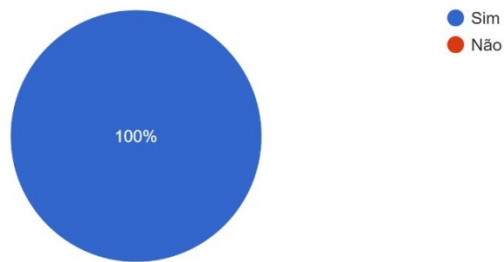


Gráfico 6. Atuação em conjunto

Remetendo a próxima pergunta da pesquisa onde 100% dos policiais militares acreditam ser positiva a atuação conjunta entre a tropa a pé e a tropa montada.

5- Qual a sua percepção como integrante da cavalaria sobre a atuação conjunta entre a tropa a pé e a tropa montada?

20 respostas

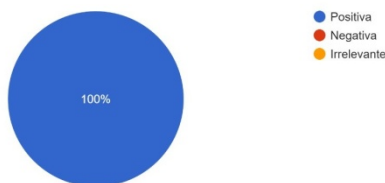


Gráfico 7. Atuação em conjunto

Aos entrevistados foi indagado, se no seu Estado, a tropa de cavalaria utiliza bastão, sabre ou espada. Segue o gráfico:

8 – Em seu Estado, a tropa de cavalaria utiliza:

20 respostas

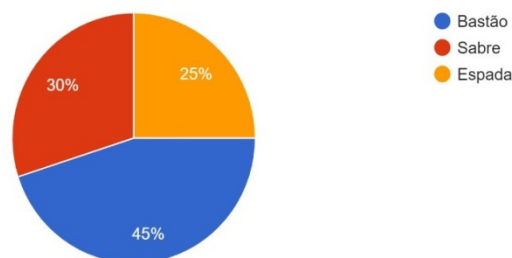


Gráfico 8. Armamento utilizado pela cavalaria

Foi perguntado se a tropa de cavalaria de seu Estado utiliza viatura de apoio com célula de CDC? Célula com Cal. 12./ granadeiro, escudeiro e motorista. Sendo respondido que:

09 – A tropa de cavalaria de seu Estado utiliza viatura de apoio com célula de CDC? Célula com Cal. 12./ granadeiro, escudeiro e motorista.

20 respostas

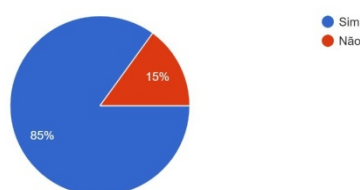


Gráfico 9. Cavalaria como Apoio

Analisando os dados coletados percebemos que dos militares estaduais das diferentes unidades de federação que responderam o questionário, no qual a pesquisa tem por objetivo analisar a técnica utilizada pela cavalaria montada em atuações em conjunto com a tropa a pé nas ações de controle de distúrbios civis, a maior parte dos entrevistados em torno de 85%, é formado por capitães e tenentes (50% capitães e 35% tenentes) sendo que exercem a atividade operacional comandando esquadrões e pelotões o que nos leva a crer que foram analisadas pessoas que trabalham diretamente com o emprego dos meios analisados na prática. A próxima pergunta foi se nos estados dos entrevistados existe algum tipo de treinamento em conjunto entre a tropa de choque a pé e a tropa de cavalaria, no qual 80% responderam que treinam de forma integrada e 20% não tem este tipo de instrução, nos leva a conclusão que é necessário um alinhamento deste tipo de treinamento unindo os tipos de emprego. Sendo que logo em seguida foi perguntado se já atuaram de forma conjunta e que todos os entrevistados, 100%, responderam de forma afirmativa ter trabalhado em alguma ação integrada e entendem de forma positiva a forma integrada de apoio sendo afirmado por 100% das respostas. Na sequência foi indagado se no seu Estado, a tropa de cavalaria utiliza bastão, sabre ou espada, onde 45% responderam que utilizam bastão, 30% sabre e 25% espada, o que nos leva a analisar que não há um consenso do tipo de armamento de proteção do policial no controle de distúrbio civil, outro tema que necessita de um debate quanto a melhor arma para o policial montado. Foi perguntado aos entrevistados, se a tropa de cavalaria de seu Estado utiliza viatura de apoio com célula de Controle de Distúrbio Civil, Célula com Cal.

12./ granadeiro, escudeiro e motorista, sendo respondido por 85% que tem este tipo de apoio e 15% não possui este suporte nas ações. No que se refere ao Estado do Rio Grande do Sul, existe a previsão, porém, por vezes, devido à falta de efetivo, deixamos de empregar essa célula de apoio. De forma aberta foi perguntado se havia alguma sugestão da parte dos entrevistados ao tema da pesquisa, sendo citados alguns pontos importantes de observações pelos militares entrevistados, sendo estes:

“A importância do sabre ao invés do bastão já que no DF manifestantes puxaram o policial através do bastão se fosse sabre não ocorreria já que a população não sabe que o sabre não tem corte.” Tal referência reforça a necessidade de um debate quanto ao melhor armamento de proteção do policial, citando um exemplo em que o policial foi puxado pelo bastão, o que na visão do entrevistado, se o policial porta-se um sabre, o manifestante não teria a condição de realizar tal ato. O presente trabalho não tem a intenção de definir qual o armamento mais apropriado, mas sim incentivar o debate as melhores práticas adotadas pelos cavalarianos do Brasil.

Outra sugestão apontada é quanto a definição clara das missões da tropa a pé e da tropa de cavalaria, se referiu desta forma o entrevistado: *“Definição de missões para cada fração, equipe a pé e a cavalo. Equipe a cavalo aplicação exclusiva da carga de cavalaria.”* Acredito que essa sugestão vai bem ao encontro do proposto no trabalho, tal tema já possui doutrina e prática bem consagrada no Estado do RS, e a proposta do trabalho é procurar deixar mais claro para as demais polícias do Brasil como atuam no RS, porém acredito que esse entrosamento necessita de tempo e treinamento em conjunto para que tal técnica não deixe mais dúvidas quanto a forma de ação e sua importância.

Outra sugestão referida pelo entrevistado *“Excelente tema. Acredito que seja interessante avaliar a atuação da cavalaria não só como último recurso, mas também como demonstração de força coibindo e desencorajando o confronto”*. Tal afirmação é mais um fator favorável a melhor utilização da cavalaria em ações de controle de distúrbios civis, pois o cavalo possui um fator psicológico que acaba desencorajando prováveis manifestantes hostis, somente com sua presença e demonstração de força, por vezes, sendo o suficiente para evitar confrontos, uso excessivo de agentes químicos entre outras ações (DUNN et al., 2016).

O tema sobre a criação de manual e cursos também foi citado entre os entrevistados, citou assim “*Criação de manual técnico doutrinário tratando especificamente das ações de choque envolvendo o policiamento a pé e o montado. Criação do curso de choque montado pela gloriosa Brigada Militar, já que possuem bastante experiência, principalmente em praças esportivas. Seria uma excelente referência para os demais estados.*” A Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul possui um Manual de Policiamento Montado bem abrangente, dentre os temas existe o controle de distúrbios civis. No nosso entendimento precisamos avançar no debate e nas troca de boas praticas, bem como nos treinamentos em conjunto com as tropas a pé. O 4º Regimento de Polícia Montada possui dois cursos em que se pratica a atividade de choque montado, o Curso Básico de Policiamento Montado, pré requisito para servir no 4º RPMon, o servidor ao chegar no Regimento fica obrigado a frequentar o Curso Básico, onde aprende a doutrina e forma de atuação da cavalaria em ações de choque. Existe ainda o Curso de Especialização em Policiamento Montado, curso que tem duração aproximadamente 50 dias, que habilita o policial a ministrar instrução sobre policiamento montado e choque montado. Esse contínuo treinamento é que faz com que nossa tropa de choque e tropa de cavalaria tenham se tornado altamente técnicos e capacitados para atuarem em conjunto em ações de controle de distúrbios civis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo verificar a real visão de Policiais Militares de diferentes estados, conforme amostragem, sobre a técnica utilizada pela cavalaria montada em atuações em conjunto com a tropa a pé nas ações de controle de distúrbios civis. Dessa forma, observou-se e pode compreender a vivência de quem trabalha diretamente nesta missão, a fim de entender como estamos empregando os recursos nas diferentes regiões do Brasil, tais como: os estados de São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Piauí, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Bahia e Amazonas, e assim, verificando por parte das instituições, os apontamentos e as soluções para melhorar esse tipo de emprego. Destarte, através da pesquisa, por meio de perguntas abertas, pode-se avaliar a verdadeira opinião dos militares que fazem esse emprego em suas instituições, onde observou-se que a grande maioria das respostas foi direcionada na busca da integração destes recursos com a tropa montada que atua em conjunto com a tropa a pé. Ademais, através da pesquisa pode-se visualizar como atuam as tropas de cavalaria nas ações de controle de distúrbios civis. Verificou-se que quase a totalidade dos entrevistados citaram que a carga de cavalaria é uma opção tática disponível para emprego, porém 20% destes não possuem treinamento em conjunto com as tropas a pé. Portanto, sendo de suma importância, o treinamento em conjunto, por se tratar de atividade especializada, a cavalaria e a tropa a pé devem ser instruídas constantemente. Na mesma ótica, concluiu-se que há divergência sobre o armamento do policial a cavalo, hoje bem diversificado, pois as instituições precisam avançar nos debates e estudos técnicos, com o fim de unificar esse tipo de armamento e atuação. Na pesquisa por meio do questionário, quando foram feitas perguntas abertas para sugestões, os entrevistados citaram a questão do armamento. Todavia, no Estado do Rio Grande do Sul a arma é o sabre, que conforme a doutrina, ao ser utilizada, causaria menos lesões nos agressores, porém causa um impacto psicológico maior que o bastão. Isso porque, com a utilização do bastão facilmente ocorreriam fraturas e lesões graves nos manifestantes que por ventura venham a enfrentar a cavalaria, quando na utilização do sabre normalmente não ocorre fraturas. Por conseguinte, as contribuições que surgiram através dos questionamentos abertos, pode-se concluir que o quanto precisamos evoluir neste estudo, debatendo questões técnicas, armamento, atuações em conjunto, distribuição de funções, e o quanto é importante a interação entre as polícias militares do Brasil.

Outro fator importante é que as tropas de choque a pé entendam e utilizem do apoio da cavalaria, com a finalidade de gerar menor contato da tropa a pé com manifestantes, menor utilização de agentes químicos, menor possibilidade de confronto, pois o impacto psicológico da tropa de cavalaria desencoraja manifestantes hostis. Por fim, acredita-se que o trabalho despertou questionamentos a respeito do tema, dentre os quais, que seria o de avaliar como atuam as principais tropas de cavalaria do Brasil em ações de controle de distúrbios civis, fazendo um comparativo com a polícia militar do Rio Grande do Sul, onde conclui-se que precisamos unificar doutrinas, reforçar a importância dos treinamentos, realizar intercâmbios na busca da excelência na prestação do serviço com segurança e legalidade.

REFERÊNCIAS

- ABADIO, Rodrigo Silva. O emprego do policiamento montado em operações de controle de distúrbios civis em área urbana. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Escola de Equitação do Exército, 2004.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília-DF, 1988.
- COPETTI, Régis Girardon. Aspectos técnicos e normativos do uso do policiamento montado pela Brigada Militar em manifestações públicas. Curso Superior de Polícia Militar. Porto Alegre: Academia de Polícia Militar, 2009.
- DUNN, J. C.; KUSNEZOV, N.; SCHOENFELD, A. J.; ORR, J. D.; COOK, P. J.; BELMONT, P. J. Jr. Lesões vasculares em soldados de combate específico durante a Operação Liberdade do Iraque e a Operação Liberdade Duradoura. *Anais de Cirurgia Vascular*, v. 35, p. 30-37, ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.avsg.2016.01.040>
- FONTANA, F. Técnicas de Pesquisa. In MAZUCATO, T. (Org.). Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico. Penápolis: Ed. Funepe, 2018. p. 59-80.
- LAZZARINI, Álvaro. Direito Administrativo da Ordem Pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- MAZUCATO, T. A elaboração do pré-projeto. In MAZUCATO, T. (Org.). Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico. Penápolis: Ed. Funepe, 2018. p. 40-46.
- PIGNATARI, Marcelo da Silva. Propostas para melhor atuação da polícia militar em manifestações públicas. São Paulo: Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar de São Paulo, 2012.
- RIO GRANDE DO SUL. MOREIRA, Juceli dos Santos; ABREU, Luis Fernando Silveira (org.). MBPO: manual básico de policiamento ostensivo.. Porto Alegre: Brigada Militar – Polost, 2006
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. Brigada Militar. Manual de policiamento montado da Brigada Militar. Porto Alegre, RS, 08 de agosto de 2022.
- RODRIGUES, Marcos. A aplicação da policia montada como elemento de apoio nas ações de controle de distúrbios civis. 2009. 105 f. Monografia (Especialização) - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Universidade Federal do Parana, Curitiba, 2009. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/65876/MARCO_S%20RODRIGUES.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 02 jan. 2023.
- SÃO PAULO. Polícia Militar do Estado. Manual de Controle de Distúrbios Civis da Polícia Militar (M-8-PM). 3. ed. São Paulo: Setor Gráfico do CSM/MInt, 1997.
- SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2005.